



# Bradesco Leasing S.A. - Arrendamento Mercantil

Empresa da Organização Bradesco  
 CNPJ 47.509.120/0001-82  
 Sede: Cidade de Deus, s/nº - Prédio Prata - 2º Andar - Vila Yara - Osasco - SP

## RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas,  
 Submetemos à apreciação de V.Sas. as Demonstrações Contábeis do semestre findo em 30 de junho de 2011, da Bradesco Leasing S.A. - Arrendamento Mercantil (Bradesco Leasing), de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.  
 O bom desempenho da Empresa está sedimentado na forma de atuação plenamente integrada à Rede de Agências do Banco Bradesco S.A., mantendo estratégias de diversificação dos negócios nos vários segmentos do mercado, bem como implementando acordos operacionais com grandes fabricantes, principalmente nos setores de veículos pesados e de máquinas e equipamentos.  
 Em 14 de junho de 2011, o Conselho de Administração aprovou a 6ª emissão pública de debêntures simples, não conversíveis em ações, em duas séries, da espécie subordinada no montante de R\$ 9,5 bilhões, disponibilizando-a nos sites da Companhia ([www.shopinvest.com.br/bradescosleasing](http://www.shopinvest.com.br/bradescosleasing)) e da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) ([www.cvm.gov.br](http://www.cvm.gov.br)), sendo a emissão uma oferta com esforços restritos de distribuição destinada exclusivamente a investidores qualificados.  
 No final do semestre, a Bradesco Leasing registrou Lucro Líquido de R\$ 392.606 milhões, correspondendo a R\$ 16.762,27 por ação e Patrimônio Líquido de R\$ 9,093 bilhões, proporcionando rentabilidade anualizada de 8,96% sobre o PL médio.

Em 30 de junho, o total de Ativos somava R\$ 74,013 bilhões, destacando-se R\$ 61,758 bilhões em Aplicações Interfinanceiras de Liquidez, R\$ 6,972 bilhões em Operações de Arrendamento Mercantil de Leasing Financeiro, a valor presente e R\$ 2,978 milhões de Leasing Operacional a Receber. O saldo do Valor Residual Parcelado ou Antecipado representava R\$ 3,258 bilhões.  
 O total de Captações, em 30 de junho, estava representado por R\$ 59,660 bilhões de Debêntures e R\$ 377,865 milhões de FINAME.  
 No semestre, a Bradesco Leasing, em consonância com o teor da Instrução nº 381/03, da Comissão de Valores Mobiliários, não contratou e nem teve serviços prestados pela KPMG Auditores Independentes não relacionados à auditoria externa em patamares superiores a 5% do total dos custos desta. A política adotada atende aos princípios que preservam a independência do Auditor, de acordo com critérios internacionalmente aceitos, quais sejam: o auditor não deve auditar o seu próprio trabalho, nem exercer funções gerenciais no seu cliente ou promover os interesses deste.  
 Agradecemos aos nossos clientes o apoio e confiança e aos nossos funcionários e colaboradores a dedicação ao trabalho.

Osasco, SP, 26 de julho de 2011.

Diretoria

BALANÇO PATRIMONIAL EM 30 DE JUNHO - Em Reais mil					
ATIVO	2011	2010	PASSIVO	2011	2010
<b>CIRCULANTE</b>	<b>26.360.816</b>	<b>16.683.645</b>	<b>CIRCULANTE</b>	<b>6.718.256</b>	<b>5.428.034</b>
DISPONIBILIDADES (Nota 4)	82	78	RECURSOS DE EMISSÃO DE TÍTULOS (Nota 11)	4.175.041	3.047.064
APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ (Nota 5)	24.687.381	15.206.130	Recursos de Debêntures	4.175.041	3.047.064
Aplicações no Mercado Aberto	14.366.202	10.999.990	OBRIGAÇÕES POR REPASSES DO PAÍS - INSTITUIÇÕES OFICIAIS (Nota 12)	161.592	199.196
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	10.321.179	4.206.140	FINAME	161.592	199.196
TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS (Nota 6)	1.496.972	1.281.487	OUTRAS OBRIGAÇÕES	2.381.623	2.181.774
Carteira Própria	1.445.847	1.176.795	Sociais e Estatutárias (Nota 15c)	429.127	240.642
Vinculados à Prestação de Garantias	51.125	104.692	Fiscais e Previdenciárias (Nota 14a)	520.527	409.906
OPERAÇÕES DE ARRENDAMENTO MERCANTIL (Nota 7)	(117.494)	(136.914)	Negociação e Intermediação de Valores	15	15
Operações de Arrendamentos a Receber:			Diversas (Nota 14b)	1.431.954	1.531.211
- Setor Público	7.915	11.636			
- Setor Privado	3.146.649	2.912.837	<b>EXIGÍVEL A LONGO PRAZO</b>	<b>58.202.378</b>	<b>47.234.472</b>
Rendas a Apropriar de Arrendamento Mercantil	(3.033.089)	(2.825.404)	RECURSOS DE EMISSÃO DE TÍTULOS (Nota 11)	55.485.085	45.144.973
Provisão para Créditos de Arrendamento Mercantil de Liquidação Duvidosa	(238.969)	(235.983)	Recursos de Debêntures	55.485.085	45.144.973
OUTROS CRÉDITOS	241.429	286.253	OBRIGAÇÕES POR REPASSES DO PAÍS - INSTITUIÇÕES OFICIAIS (Nota 12)	216.273	247.603
Rendas a Receber	3.079	3.373	FINAME	216.273	247.603
Diversos (Nota 8)	238.430	282.953	OUTRAS OBRIGAÇÕES	2.501.020	1.841.896
Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa	(80)	(73)	Fiscais e Previdenciárias (Nota 14a)	557.784	411.272
OUTROS VALORES E BENS	52.446	46.611	Diversas (Nota 14b)	1.943.236	1.430.624
Outros Valores e Bens	81.351	82.465			
Provisões para Desvalorizações	(28.905)	(35.854)	<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO (Nota 15)</b>	<b>9.092.725</b>	<b>8.485.439</b>
<b>REALIZÁVEL A LONGO PRAZO</b>	<b>37.498.986</b>	<b>35.104.956</b>	Capital:		
APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ (Nota 5)	37.070.361	34.763.396	- De Domiciliados no País	7.127.800	7.127.800
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	37.070.361	34.763.396	Reservas de Lucros	1.957.776	1.352.638
OPERAÇÕES DE ARRENDAMENTO MERCANTIL (Nota 7)	(211.054)	(211.814)	Ajustes de Avaliação Patrimonial - Títulos Disponíveis para Venda	7.149	5.001
Operações de Arrendamentos a Receber:					
- Setor Público	1.213	8.341			
- Setor Privado	4.189.880	3.999.748			
Rendas a Apropriar de Arrendamento Mercantil	(4.190.560)	(4.007.152)			
Provisão para Créditos de Arrendamento Mercantil de Liquidação Duvidosa	(211.587)	(212.751)			
OUTROS CRÉDITOS	638.990	552.598			
Diversos (Nota 8)	639.178	552.817			
Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa	(189)	(219)			
OUTROS VALORES E BENS	689	776			
Despesas Antecipadas	689	776			
<b>PERMANENTE</b>	<b>10.153.557</b>	<b>9.359.344</b>			
INVESTIMENTOS (Nota 9)	37.070	35.766			
Participações em Coligadas:					
- No País	29.835	27.281			
Outros Investimentos	26.814	29.954			
Provisões para Perdas	(19.579)	(21.469)			
IMOBILIZADO DE USO (Nota 10)	6.950	7.844			
Imóveis de Uso	11.117	11.118			
Reavaliações de Imóveis de Uso	13.939	13.939			
Outras Imobilizações de Uso	155	155			
Depreciações Acumuladas	(18.261)	(17.368)			
IMOBILIZADO DE ARRENDAMENTO (Nota 7h e 10)	10.109.537	9.315.734			
Bens Arrendados	13.766.854	12.182.141			
Depreciações Acumuladas	(3.657.317)	(2.866.407)			
<b>TOTAL</b>	<b>74.013.359</b>	<b>61.147.945</b>	<b>TOTAL</b>	<b>74.013.359</b>	<b>61.147.945</b>

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DOS SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO - Em Reais mil		
	2011	2010
<b>RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA</b>	<b>5.144.519</b>	<b>3.876.462</b>
Operações de Crédito	30.847	20.982
Operações de Arrendamento Mercantil	2.112.127	1.883.707
Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários (Nota 6b)	3.001.545	1.971.773
<b>DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA</b>	<b>(4.410.830)</b>	<b>(3.526.785)</b>
Operações de Captações no Mercado	(2.750.280)	(1.989.746)
Operações de Empréstimos e Repasses	(12.192)	(18.629)
Operações de Arrendamento Mercantil	(1.632.225)	(1.487.925)
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa (Nota 7f e g)	(16.133)	(30.485)
<b>RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA</b>	<b>733.689</b>	<b>349.677</b>
<b>OUTRAS RECEITAS/DESPESAS OPERACIONAIS</b>	<b>(47.415)</b>	<b>(22.767)</b>
Outras Despesas Administrativas (Nota 16)	(16.704)	(14.167)
Despesas Tributárias (Nota 17)	(40.425)	(21.986)
Resultado de Participações em Coligadas (Nota 9a)	1.339	1.043
Outras Receitas Operacionais (Nota 18)	94.110	27.656
Outras Despesas Operacionais (Nota 19)	(85.735)	(15.313)
<b>RESULTADO OPERACIONAL</b>	<b>686.274</b>	<b>326.910</b>
<b>RESULTADO NÃO OPERACIONAL (Nota 20)</b>	<b>(17.590)</b>	<b>(23.072)</b>
<b>RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO</b>	<b>668.684</b>	<b>303.838</b>
<b>IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL (Nota 22)</b>	<b>(276.078)</b>	<b>(126.629)</b>
<b>LUCRO LÍQUIDO</b>	<b>392.606</b>	<b>177.209</b>
Número de ações (Nota 15b)	23.422	23.422
Lucro por ação em R\$	16.762,27	7.565,92

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA DOS SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO - Em Reais mil		
	2011	2010
<b>Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais:</b>		
Lucro Líquido antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	668.684	303.838
<b>Ajustes ao Lucro Líquido antes dos Impostos:</b>	<b>1.439.957</b>	<b>1.212.513</b>
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	16.133	30.485
Depreciações e Amortizações	1.621.581	1.483.692
Despesas com Provisões Cíveis, Trabalhistas e Fiscais	70.457	6.894
Resultado de Participações em Coligadas	(1.339)	(1.043)
Superveniência de Depreciação	(284.511)	(316.638)
Prejuízo na Alienação de Bens Arrendados	10.681	-
Provisão/(Reversão) de Provisão por Desvalorização de Ativos	6.956	-
Outros	(1)	9.123
<b>Lucro Líquido Ajustado antes dos Impostos</b>	<b>2.108.641</b>	<b>1.516.351</b>
(Aumento)/Redução em Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	(7.687.883)	(6.636.430)
(Aumento)/Redução em Títulos para Negociação e Instrumentos Financeiros Derivativos	(97.777)	129.425
(Aumento)/Redução em Outros Créditos e Outros Valores e Bens	(101.213)	2.806
(Aumento)/Redução em Operações de Arrendamento Mercantil	(23.401)	7.217
Aumento/(Redução) em Obrigações por Empréstimos e Repasses	(1.787)	(60.078)
Aumento/(Redução) em Outras Obrigações	158.419	404.706
Imposto de Renda e Contribuição Social Pagos	(168.670)	(48.747)
<b>Caixa Líquido Proveniente/(Utilizado) das Atividades Operacionais</b>	<b>(5.813.671)</b>	<b>(4.684.750)</b>
<b>Fluxo de caixa das Atividades de Investimentos:</b>		
(Aumento)/Redução em Títulos Disponíveis para Venda	(193)	(111)
Aquisição de Imobilizado de Uso e de Arrendamento	(1.904.720)	(2.556.815)
Alienação de Imobilizado de Uso e de Arrendamento	478.273	384.139
Aquisição de Bens não de Uso Próprio	(31.824)	(27.380)
Alienação de Bens não de Uso Próprio	27.527	26.539
Alienação de Investimentos	223	-
Dividendos Recebidos de Coligadas	340	209
<b>Caixa Líquido Proveniente/(Utilizado) das Atividades de Investimentos</b>	<b>(1.430.374)</b>	<b>(2.173.419)</b>
<b>Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamentos:</b>		
Aumento de Capital por Subscrição de Ações	-	5.000.000
Aumento/(Redução) em Recursos de Emissão de Debêntures	9.097.700	1.858.133
<b>Caixa Líquido Proveniente/(Utilizado) das Atividades de Financiamentos</b>	<b>9.097.700</b>	<b>6.858.133</b>
<b>Aumento/(Redução) Líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa</b>	<b>1.853.655</b>	<b>(36)</b>
Caixa e Equivalentes de Caixa - Início do Período	113	114
Caixa e Equivalentes de Caixa - Fim do Período	1.853.768	78
<b>Aumento/(Redução) Líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa</b>	<b>1.853.655</b>	<b>(36)</b>

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - Em Reais mil						
Eventos	Capital Social		Reservas de Lucros		Ajustes de Avaliação Patrimonial	Lucros Acumulados
	Capital Realizado	Aumento de Capital	Legal	Estatutárias	Próprias	
<b>Saldos em 31.12.2009</b>	<b>2.127.800</b>	<b>-</b>	<b>79.843</b>	<b>1.137.673</b>	<b>4.835</b>	<b>-</b>
Aumento de capital	-	5.000.000	-	-	-	5.000.000
Homologação de Aumento de Capital	5.000.000	(5.000.000)	-	-	-	-
Ajustes de Avaliação Patrimonial	-	-	-	-	166	166
Lucro Líquido	-	-	-	-	-	177.209
Destinações: - Reservas	-	-	8.860	126.262	-	(135.122)
- Dividendos Propostos	-	-	-	-	-	(42.087)
<b>Saldos em 30.6.2010</b>	<b>7.127.800</b>	<b>-</b>	<b>88.703</b>	<b>1.263.935</b>	<b>5.001</b>	<b>-</b>
<b>Saldos em 31.12.2010</b>	<b>7.127.800</b>	<b>-</b>	<b>108.754</b>	<b>1.549.660</b>	<b>7.012</b>	<b>-</b>
Ajustes de Avaliação Patrimonial	-	-	-	-	137	137
Lucro Líquido	-	-	-	-	-	392.606
Destinações: - Reservas	-	-	19.630	279.732	-	(299.362)
- Dividendos Propostos	-	-	-	-	-	(93.244)
<b>Saldos em 30.6.2011</b>	<b>7.127.800</b>	<b>-</b>	<b>128.384</b>	<b>1.829.392</b>	<b>7.149</b>	<b>-</b>

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO DOS SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO - Em Reais mil					
Descrição	2011	%	2010	%	
<b>1 - RECEITAS</b>	<b>5.119.171</b>	<b>721,9</b>	<b>3.835.248</b>	<b>1.177,1</b>	
1.1) Intermediação Financeira	5.144.519	725,5	3.876.462	1.189,7	
1.2) Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	(16.133)	(2,3)	(30.485)	(9,4)	
1.3) Outras	(9.215)	(1,3)	(10.729)	(3,2)	
<b>2 - DESPESAS DE INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA</b>	<b>(4.394.697)</b>	<b>(619,7)</b>	<b>(3.496.300)</b>	<b>(1.073,1)</b>	
<b>3 - INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS</b>	<b>(16.257)</b>	<b>(2,3)</b>	<b>(13.717)</b>	<b>(4,2)</b>	
Serviços de Terceiros	(180)	-	(202)	(0,1)	
Aprensão de Bens	(1.848)	(0,3)	(995)	(0,3)	
Serviços do Sistema Financeiro	(719)	(0,1)	(676)	(0,2)	
Propaganda, Promoções e Publicidade	(402)	(0,1)	(615)	(0,2)	
Transportes	(149)	-	(145)	-	
Jurídicas Processuais	(3.176)	(0,4)	(3.651)	(1,2)	
Emolumentos Judiciais e Cartoriais	(2.817)	(0,4)	(2.613)	(0,8)	
Serviços Técnicos Especializados	(4.682)	(0,7)	(2.768)	(0,8)	
Processamento de Dados	(2.178)	(0,3)	(1.950)	(0,6)	
Outras	(106)	-	(102)	-	
<b>4 - VALOR ADICIONADO BRUTO (1-2-3)</b>	<b>708.217</b>	<b>99,9</b>	<b>325.231</b>	<b>99,8</b>	
<b>5 - DEPRECIAÇÃO E AMORTIZAÇÃO</b>	<b>(447)</b>	<b>(0,1)</b>	<b>(450)</b>	<b>(0,1)</b>	
<b>6 - VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA ENTIDADE (4-5)</b>	<b>707.770</b>	<b>99,8</b>	<b>324.781</b>	<b>99,7</b>	
<b>7 - VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA</b>	<b>1.339</b>	<b>0,2</b>	<b>1.043</b>	<b>0,3</b>	
Resultado de Equivalência Patrimonial	1.339	0,2	1.043	0,3	
<b>8 - VALOR ADICIONADO A DISTRIBUIR (6+7)</b>	<b>709.109</b>	<b>100,0</b>	<b>325.824</b>	<b>100,0</b>	
<b>9 - DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO</b>	<b>709.109</b>	<b>100,0</b>	<b>325.824</b>	<b>100,0</b>	
9.1) Impostos, Taxas e Contribuições	316.503	44,6	148.615	45,6	
Federais	312.289	44,0	144.910	44,5	
Municipais	4.214	0,6	3.705	1,1	
9.2) Remuneração de Capitais Próprios	392.606	55,4	177.209	54,4	
Dividendos	9				



# Bradesco Leasing S.A. - Arrendamento Mercantil

Empresa da Organização Bradesco  
 CNPJ 47.509.120/0001-82  
 Sede: Cidade de Deus, s/nº - Prédio Prata - 2º Andar - Vila Yara - Osasco - SP



## NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

### III - Imobilizado de arrendamento

É registrado pelo custo de aquisição, deduzido das depreciações acumuladas. A depreciação é calculada pelo método linear, com o benefício de redução de 30% na vida útil normal do bem, prevista na legislação vigente. As principais taxas anuais de depreciação utilizadas, base para esta redução, são as seguintes: veículos e afins, 20%; móveis e utensílios, 10%; máquinas e equipamentos, 10%; e outros bens, 10% e 20%.

### IV - Perdas em arrendamentos

Os prejuízos apurados na venda de bens arrendados são diferidos e amortizados pelo prazo remanescente de vida útil normal dos bens, sendo demonstrados juntamente com o Imobilizado de Arrendamento (Nota 7h).

### V - Superveniência (insuficiência) de depreciação

Os registros contábeis das operações de arrendamento mercantil são mantidos conforme exigências legais, específicas para esse tipo de operação. Os procedimentos adotados e sumariados nos itens "II" a "IV" acima diferem das práticas contábeis previstas na legislação societária brasileira, principalmente no que concerne ao regime de competência no registro das receitas e despesas relacionadas aos contratos de arrendamento mercantil. Em consequência, de acordo com a Circular BACEN nº 1.429, foi calculado o valor presente das contraprestações em aberto, utilizando-se a taxa interna de retorno de cada contrato, registrando-se uma receita ou despesa de arrendamento mercantil, em contrapartida às rubricas de superveniência ou insuficiência de depreciação, respectivamente, registradas no Ativo Permanente (Nota 7h), com o objetivo de adequar as operações de arrendamento mercantil ao regime de competência.

### VI - Provisão para créditos de arrendamento mercantil de liquidação duvidosa

A provisão para créditos de arrendamento mercantil de liquidação duvidosa é apurada em valor suficiente para cobrir prováveis perdas e leva em conta as normas e instruções do CMN e do BACEN, associadas às avaliações procedidas pela Administração na determinação dos riscos de crédito. As operações de arrendamento mercantil são classificadas nos respectivos níveis de risco, observando: (i) os parâmetros estabelecidos pela Resolução nº 2.682/99 do CMN, que requerem a sua classificação de riscos em nove níveis, sendo "AA" (risco mínimo) e "H" (risco máximo); e (ii) a avaliação da Administração quanto ao nível de risco. Essa avaliação, realizada periodicamente, considera a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos e globais em relação às operações, aos devedores e garantidores. Adicionalmente, também são considerados os períodos de atraso definidos na Resolução nº 2.682/99 do CMN, para atribuição dos níveis de classificação dos clientes, da seguinte forma:

Período de atraso (1)	Classificação do cliente
de 15 a 30 dias.....	B
de 31 a 60 dias.....	C
de 61 a 90 dias.....	D
de 91 a 120 dias.....	E
de 121 a 150 dias.....	F
de 151 a 180 dias.....	G
superior a 180 dias.....	H

(1) Para as operações com prazos a decorrer superior a 36 meses, é realizada a contagem em dobro dos períodos atraso, conforme facultado pela Resolução nº 2.682/99 do CMN.

A atualização (*accrual*) destas operações de crédito vencidas até o 59º dia é contabilizada em receitas e, a partir do 60º dia, em rendas a apropriar, sendo que o reconhecimento em receitas só ocorrerá quando do seu efetivo recebimento.

As operações em atraso classificadas como nível "H" permanecem nessa classificação por seis meses, quando então são baixadas contra a provisão existente e controladas em contas de compensação por no mínimo cinco anos.

As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível em que estavam classificadas. As renegociações que já haviam sido baixadas contra a provisão e que estavam controladas em contas de compensação, são classificadas como nível "H" e as eventuais receitas provenientes da renegociação somente são reconhecidas quando efetivamente recebidas. Quando houver amortização significativa da operação ou quando novos fatos relevantes justificarem a mudança do nível de risco, poderá ocorrer a reclassificação da operação para categoria de menor risco.

### h) Imposto de renda e contribuição social (ativo e passivo)

Os créditos tributários de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido, calculados sobre adições temporárias e prejuízo fiscal, são registrados na rubrica "Outros Créditos - Diversos", e a provisão para as obrigações fiscais diferidas sobre superveniência de depreciação e ajustes a valor de mercado dos títulos e valores mobiliários é registrada na rubrica "Outras Obrigações - Fiscais e Previdenciárias", sendo que para a superveniência de depreciação, é aplicada somente a alíquota de imposto de renda.

Os créditos tributários sobre adições temporárias serão realizados quando da utilização e/ou reversão das respectivas provisões sobre as quais foram constituídos. O crédito tributário sobre prejuízo fiscal será realizado de acordo com a geração de lucros tributáveis, observado o limite de 30% do lucro real do período-base. Tais créditos tributários são reconhecidos contabilmente baseados nas expectativas atuais de realização, considerando os estudos técnicos e análises realizadas pela Administração.

A provisão para imposto de renda é constituída à alíquota-base de 15% do lucro tributável, acrescida de adicional de 10%. A contribuição social sobre o lucro é calculada considerando a alíquota de 15% para empresas do segmento financeiro.

Foram constituídas provisões para os demais impostos e contribuições sociais, de acordo com as respectivas legislações vigentes. De acordo com a Lei nº 11.941/09, as modificações no critério de reconhecimento de receitas, custos e despesas computadas na apuração do lucro líquido do período, introduzidas pela Lei nº 11.638/07 e pelos artigos 37 e 38 da Lei nº 11.941/09, não terão efeitos para fins de apuração do lucro real, devendo ser considerados, para fins tributários, os métodos e critérios contábeis vigentes em 31 de dezembro de 2007. Para fins contábeis, os efeitos tributários da adoção das mencionadas Leis estão registrados nos ativos e passivos diferidos correspondentes.

### i) Despesas antecipadas

Correspondem às aplicações de recursos em pagamentos antecipados, cujos direitos de benefícios ou prestação de serviços ocorrerão em períodos futuros. São registrados no ativo de acordo com o princípio da competência.

### j) Investimentos

Os investimentos em empresas controladas e coligadas com influência significativa ou participação de 20% ou mais no capital votante, são avaliados pelo método de equivalência patrimonial.

Os incentivos fiscais e outros investimentos são avaliados pelo custo de aquisição, deduzidos de provisão para perdas e da redução ao valor recuperável (*impairment*), quando aplicável.

### k) Imobilizado

Corresponde aos direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades ou exercidos com essa finalidade, inclusive os decorrentes de operações que transfiram os riscos, benefícios e controles dos bens para a Instituição.

É demonstrado ao custo de aquisição, líquido das respectivas depreciações acumuladas, calculadas pelo método linear de acordo com a vida útil econômica estimada dos bens, sendo: imóveis de uso/edificações - 4% ao ano; móveis e utensílios e máquinas e equipamentos - 10% ao ano; sistema de transportes - 20% ao ano; e sistemas de processamento de dados - de 20% a 50% ao ano e ajustados por redução ao valor recuperável (*impairment*), quando aplicável.

## 6) TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS

### a) Classificação por categorias e prazos

Títulos (1)	2011			2010					
	1 a 30 dias	31 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Valor de mercado/contábil (2)	Valor de custo atualizado	Marcação a mercado	Valor de mercado/contábil (2)	Marcação a mercado
Títulos para negociação (3).....	1.271.732	7.583	11.717	193.752	1.484.834	1.484.856	(22)	1.273.030	(18)
Letras financeiras do tesouro.....	-	5.065	11.767	172.132	188.964	188.986	(22)	1.064.391	-
Certificados de depósito bancário.....	-	-	-	2.144	2.144	2.144	-	3.262	-
Debêntures.....	-	2.518	-	2.192	4.710	4.710	-	4.338	-
Letras do tesouro nacional.....	1.179.477	-	-	1.376	1.180.853	1.180.853	-	201.039	(18)
Notas do tesouro nacional.....	92.255	-	-	-	92.255	92.255	-	-	-
Outros.....	-	-	-	15.908	15.908	15.908	-	-	-
Títulos disponíveis para venda.....	12.138	-	-	-	12.138	223	11.915	8.457	8.250
Ações (4).....	12.138	-	-	-	12.138	223	11.915	8.457	8.250
Total em 2011.....	1.283.870	7.583	11.767	193.752	1.496.972	1.485.079	11.893	1.281.487	8.232
Total em 2010.....	8.457	9.535	40.359	1.223.136	-	-	-	-	-

(1) As aplicações em cotas de fundos de investimento exclusivos administradas pelo Conglomerado Bradesco, no montante de R\$ 1.433.710 mil (2010 - R\$ 1.282.164 mil), foram distribuídas de acordo com os papéis que compõem suas carteiras, e, no caso de operações compromissadas, pelos respectivos papéis que estão lastreando as operações, preservando a classificação da categoria dos fundos. Na distribuição dos prazos, foram considerados os vencimentos dos papéis, independentemente de sua classificação contábil;

(2) O valor de mercado dos títulos e valores mobiliários é apurado de acordo com a cotação de preço de mercado disponível na data do balanço. Se não houver cotação de preços de mercado disponível, os valores são estimados com base em cotações de distribuidores, modelos de precificações, modelos de cotações ou cotações de preços para instrumentos com características semelhantes. No caso das aplicações em fundos de investimento, o custo atualizado reflete o valor das respectivas cotas;

(3) Para fins de apresentação do Balanço Patrimonial os títulos classificados como "para negociação" estão demonstrados no ativo circulante; e

(4) Em 2011 foram realizadas perdas que não temporárias de R\$ 122 mil para os títulos classificados na categoria de disponíveis para venda.

### b) Resultado de títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos

Aplicações interfinanceiras de liquidez (Nota 5b).....	Semestres findos em 30 de junho - R\$ mil	
	2011	2010
Títulos de renda fixa.....	2.923.756	1.912.402
Títulos de renda variável.....	4.226	8.315
Fundos de investimento.....	57	-
Total.....	73.506	51.056
Total.....	3.001.545	1.971.713

### c) Instrumentos financeiros derivativos

A Bradesco Leasing não possuía posição de instrumentos financeiros derivativos em 30 de junho de 2011 e de 2010.

### Análise de Sensibilidade - Instrução CVM nº 475/08

Como boa prática de governança de gestão de riscos, o Conglomerado Bradesco possui um processo contínuo de gerenciamento de suas posições, que engloba o controle de todas as posições expostas ao risco de mercado através de medidas condizentes com as melhores práticas internacionais e o Novo Acordo de Capitais - Basileia II. Destacamos, ainda, que as instituições financeiras possuem limites e controles de riscos e alavancagem regulamentados pelo Bacen.

As propostas de limites de riscos são validadas em Comitês específicos de negócios e submetidas à aprovação do Comitê de Gestão Integrada de Riscos e Alocação de Capital, observando os limites definidos pelo Conselho de Administração, conforme os objetivos das posições, as quais são segregadas nas seguintes Carteiras:

Carteira *Trading*: consiste em todas as operações com instrumentos financeiros e mercadorias, inclusive derivativos, detidas com intenção de negociação ou destinadas a *hedge* de outros da carteira de negociação, e que não estejam sujeitas à limitação da sua negociabilidade. As operações detidas com intenção de negociação são aquelas destinadas à revenda, obtenção de benefícios dos movimentos de preços, efetivos ou esperados, ou realização de arbitragem.

Carteira *Banking*: operações não classificadas na Carteira *Trading*. Consistem nas operações estruturais provenientes das diversas linhas de negócio da Organização e seus eventuais *hedges*.

De acordo com a natureza das suas atividades, a empresa Bradesco Leasing Arrendamento Mercantil S.A. possui em seu portfólio apenas operações *Banking* e não tem exposição a instrumentos financeiros derivativos.

Período	Carteira <i>Banking</i>				
	Cenários (1)	Fatores de Riscos		R\$ mil	
		Taxa de Juros em Reais (2)	Renda Variável (3)	Total sem correlação	Total com correlação
Jun 11.....	1 (608)	(73)	(681)	(603)	
	2 (185.257)	(1.819)	(187.076)	(185.012)	
	3 (358.623)	(3.639)	(362.262)	(358.137)	
Mar 11.....	1 (721)	(63)	(784)	(719)	
	2 (216.172)	(1.577)	(217.749)	(216.053)	
	3 (418.904)	(3.153)	(422.057)	(418.665)	
Dez 10.....	1 (797)	-	(797)	(797)	
	2 (233.205)	-	(233.205)	(233.205)	
	3 (452.223)	-	(452.223)	(452.223)	
Set 10.....	1 (382)	-	(382)	(382)	
	2 (110.088)	-	(110.088)	(110.088)	
	3 (211.399)	-	(211.399)	(211.399)	

(1) Valores líquidos de efeitos fiscais;

(2) Exposições sujeitas a variações de taxas de juros prefixadas e cupom de taxas de juros; e

(3) Exposições sujeitas à variação do preço de ações.

As análises de sensibilidade foram efetuadas a partir dos cenários elaborados para as respectivas datas, sempre considerando as informações de mercado na época e cenários que afetariam negativamente nossas posições.

**Cenário 1:** Com base nas informações de mercado (BM&FBovespa, Anbima, etc.) foram aplicados choques de 1 ponto base para taxa de juros e 1% de variação para preços. Por exemplo: no cenário aplicado sobre as posições de 30.06.2011 o Índice Bovespa foi de 61.780 pontos. Para o cenário de juros, a taxa prefixada de 1 ano aplicada nas posições de 30.06.2011 foi de 12,66% a.a.

Operações de arrendamento mercantil.....	Curso anormal					Total		Total (A)		
	Parcelas vencidas					Total		Total (A+B+C)		
	1 a 30 dias	31 a 60 dias	61 a 90 dias	91 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	2011 (C)	2010 (C)	2011	2010
Operações de arrendamento mercantil.....	19.443	17.952	17.554	50.963	86.792	202.328	395.032	367.361	6.971.696	6.583.105
Outros créditos (1).....	-	-	-	-	-	-	-	-	8.938	9.751
Total em 2011.....	19.443	17.952	17.554	50.963	86.792	202.328	395.032	367.361	6.980.634	6.592.856
Total em 2010.....	17.077	16.279	15.945	44.868	78.504	194.688	-	-	-	-

(1) A rubrica "Outros créditos" compreende devedores por compra de valores e bens e títulos e créditos a receber.

### d) Concentração de operações de arrendamento mercantil e outros créditos

	Em 30 de junho - R\$ mil			
	2011	%	2010	%
Maior devedor.....	46.718	0,7	44.792	0,7
Vinte maiores devedores.....	390.599	5,6	497.385	7,5

### e) Setor de atividade econômica

	Em 30 de junho - R\$ mil			
	2011	%	2010	%
<b>Setor público</b> .....	9.128	0,1	19.525	0,3
Intermediários financeiros.....	9.128	0,1	19.525	0,3
<b>Setor privado</b> .....	6.971.506	99,9	6.573.331	99,7
<b>Indústria</b> .....	1.247.996	17,9	1.228.370	18,6
Siderúrgica, metalúrgica e mecânica.....	283.440	4,1	280.284	4,3
Alimentícia e bebidas.....	193.405	2,8	224.430	3,4
Artigos de borracha e plásticos.....	109.469	1,6	117.168	1,8
Edição, impressão e reprodução.....	96.523	1,4	75.208	1,1
Extração de minerais metálicos e não metálicos.....	86.965	1,2	80.626	1,2
Móveis e produtos de madeira.....	77.572	1,1	75.664	1,1
Materiais não metálicos.....	86.307	1,2	70.238	1,1
Química.....	67.299	1,0	70.778	1,1
Têxtil e confecções.....	65.893	0,9	66.568	1,0
Autopeças e acessórios.....	41.216	0,6	41.841	0,6
Eletrônica.....	37.774	0,5	25.336	0,4
Papel e celulose.....	26.441	0,4	30.642	0,4
Refino de petróleo e produção de álcool.....	21.165	0,3	26.461	0,4
Artefatos de couro.....	14.448	0,2	12.586	0,2
Veículos leves e pesados.....	13.833	0,2	13.871	0,2
Demais indústrias.....	26.246	0,4	16.669	0,3

### l) Diferido

Registrado ao custo de aquisição ou formação, líquido das respectivas amortizações acumuladas, calculadas pelo método linear à taxa de 20% ao ano. A partir de 8 de dezembro de 2008 as novas operações passaram a ser registradas no ativo intangível de acordo com a Carta Circular nº 3.357 do BACEN.

### m) Redução ao valor recuperável de ativos (*impairment*)

Os títulos e valores mobiliários classificados nas categorias títulos disponíveis para venda e títulos mantidos até o vencimento e ativos não financeiros, exceto outros valores e bens e créditos tributários, são revistos, no mínimo, anualmente, para determinar se há alguma indicação de perda por redução ao valor recuperável (*impairment*), e caso seja detectada uma perda, esta é reconhecida no resultado do período quando o valor contábil do ativo exceder seu valor recuperável (apurado: (i) pelo seu potencial valor de venda, ou valor de realização deduzido das respectivas despesas ou (ii) pelo valor em uso calculado pela unidade geradora de caixa, dos dois o maior).

Uma unidade geradora de caixa é o menor grupo identificável de ativos que gera fluxos de caixa substancialmente independentes de outros ativos e grupos.

### n) Provisões, ativos e passivos contingentes e obrigações legais - fiscais e previdenciárias

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, das contingências ativas e passivas e também das obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos pelo CPC 25, o qual foi aprovado pela Resolução nº 3.823/09 do CMN e pela Deliberação CVM nº 594/09, sendo:

- Ativos Contingentes: não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a Administração possui total controle da situação ou quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não caibam mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo e pela confirmação da capacidade de sua recuperação por recebimento ou compensação com outro passivo exigível. Os ativos contingentes, cuja expectativa de êxito é provável, são divulgados nas notas explicativas (Nota 13a);

- Provisões: são constituídas levando em conta a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento de Tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável, o que ocasionaria uma provável saída de recursos para liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança;

- Passivos Contingentes: de acordo com o CPC 25, o termo "contingente" é utilizado para passivos que não são reconhecidos, pois a sua existência somente será confirmada pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros e incertos que não estejam totalmente sob o controle da Administração. Os passivos contingentes não satisfazem os critérios de reconhecimento, pois são considerados como perdas possíveis, devendo apenas ser divulgados em notas explicativas, quando relevantes. As obrigações classificadas como remotas não são provisionadas e nem divulgadas (Nota 13b e c); e

- Obrigações Legais - Provisão para Fiscos Fiscais: decorrem de processos judiciais, cujo objeto de contestação é sua legalidade ou constitucionalidade que, independentemente da avaliação acerca da probabilidade de sucesso, têm os seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações contábeis (Nota 13b).

### o) Outros ativos e passivos

Os ativos estão demonstrados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidos (em base "pro-rata" dia) e provisão para perda, quando julgada necessária. Os passivos demonstrados incluem os valores conhecidos e mensuráveis, acrescidos dos encargos e das variações monetárias incorridos (em base "pro-rata" dia).

### p) Eventos subsequentes

Correspondem aos eventos ocorridos entre a data-base das demonstrações contábeis e a data de autorização para sua emissão.

São compostos por:

- Eventos que originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que já existiam na data-base das demonstrações contábeis; e
- Eventos que não originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que não existiam na data-base das demonstrações contábeis.

## 4) CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Em 30 de junho - R\$ mil	
	2011	2010
Disponibilidades em moeda nacional.....	82	78
Total de disponibilidades (caixa).....	82	78
Aplicações interfinanceiras de liquidez (1).....	1.853.686	-
Total caixa e equivalentes de caixa.....	1.853.768	78

(1) Refere-se a operações cujo vencimento, na data da efetiva aplicação, foi igual ou inferior a 90 dias e apresentem risco insignificante de mudança de valor justo.

## 5) APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS

...continuação



# Bradesco Leasing S.A. - Arrendamento Mercantil

Empresa da Organização Bradesco  
 CNPJ 47.509.120/0001-82  
 Sede: Cidade de Deus, s/nº - Prédio Prata - 2º Andar - Vila Yara - Osasco - SP



## NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

### f) Composição da carteira e da provisão para créditos de liquidação duvidosa por nível de risco

Nível de risco	% Mínimo de provisionamento requerido	Carteira				Provisão										
		Curso normal	Curso anormal	Total	%	Específica				2011		2010				
		Vencidas	Vincendas	Genérica	Excedente	Total	%	Total	%							
AA	-	100.041	-	100.041	1,4	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
A	0,5	637.913	-	637.913	9,1	-	-	3.190	-	3.190	0,7	3.263	0,7	-	-	-
B	1,0	1.272.443	9.916	1.282.359	18,4	5	94	12.724	-	12.823	2,8	13.638	3,1	-	-	-
C	3,0	4.236.620	100.118	4.336.738	62,2	219	2.785	127.099	-	130.103	28,9	115.619	25,7	-	-	-
<b>Subtotal</b>		<b>6.247.017</b>	<b>110.034</b>	<b>6.357.051</b>	<b>91,1</b>	<b>224</b>	<b>2.879</b>	<b>143.013</b>	-	<b>146.116</b>	<b>32,4</b>	<b>132.520</b>	<b>29,5</b>	-	-	-
D	10,0	146.833	97.305	244.138	3,5	1.035	8.696	14.683	-	24.414	5,4	19.965	4,4	-	-	-
E	30,0	23.910	53.066	76.976	1,1	2.068	13.852	7.173	-	23.093	5,1	20.891	4,7	-	-	-
F	50,0	24.377	40.068	64.445	0,9	3.576	16.458	12.189	-	32.223	7,1	34.733	7,7	-	-	-
G	70,0	12.041	31.438	43.479	0,6	4.325	17.682	8.428	-	30.435	6,8	27.864	6,2	-	-	-
H	100,0	54.121	140.424	194.545	2,8	38.926	101.497	54.120	-	194.543	43,2	213.053	47,5	-	-	-
<b>Subtotal</b>		<b>261.282</b>	<b>362.301</b>	<b>623.583</b>	<b>8,9</b>	<b>49.930</b>	<b>158.185</b>	<b>96.593</b>	-	<b>304.708</b>	<b>67,6</b>	<b>316.506</b>	<b>70,5</b>	-	-	-
<b>Total em 2011</b>		<b>6.508.299</b>	<b>472.335</b>	<b>6.980.634</b>	<b>100,0</b>	<b>50.154</b>	<b>161.064</b>	<b>239.606</b>	-	<b>450.824</b>	<b>100,0</b>	-	-	-	-	-
%		<b>93,2</b>	<b>6,8</b>	<b>100,0</b>		<b>11,2</b>	<b>35,7</b>	<b>53,1</b>	-	<b>100,0</b>		-	-	-	-	-
<b>Total em 2010</b>		<b>6.148.507</b>	<b>444.349</b>	<b>6.592.856</b>		<b>54.629</b>	<b>168.851</b>	<b>225.546</b>	-	-		<b>449.026</b>		-	-	-
%		<b>93,3</b>	<b>6,7</b>	<b>100,0</b>		<b>12,2</b>	<b>37,6</b>	<b>50,2</b>	-	-		-		-	-	-

### g) Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa

	Em 30 de junho - R\$ mil	
	2011	2010
Saldo inicial	442.777	426.319
Constituição	16.133	30.485
Baixas	(8.086)	(7.778)
<b>Saldo final</b>	<b>450.824</b>	<b>449.026</b>
- Provisão específica (1)	211.218	223.480
- Provisão genérica (2)	239.606	225.546
<b>Recuperação de créditos baixados (3)</b>	<b>304.708</b>	<b>209.982</b>
<b>Renegociação de créditos no período</b>	<b>68.176</b>	<b>97.255</b>

- (1) Para as operações que apresentem parcelas vencidas há mais de 14 dias;
- (2) Constituída em razão da classificação do cliente ou da operação e, portanto, não enquadrada no item anterior; e
- (3) Registrada em receitas de operações de crédito, como previsto nas normas e instruções do BACEN.

### h) O imobilizado de arrendamento é composto como segue:

	Em 30 de junho - R\$ mil	
	2011	2010
Veículos e afins	8.493.222	7.405.829
Máquinas e equipamentos	3.759.074	3.555.645
Outros	1.373.311	1.117.107
Perdas em arrendamentos a amortizar (líquida) (Nota 3g - IV)	141.247	103.560
<b>Total de bens arrendados</b>	<b>13.766.854</b>	<b>12.182.141</b>
Depreciação acumulada de bens arrendados	(6.529.462)	(5.118.899)
Superveniência de depreciação (Nota 3g - V)	2.872.145	2.252.492
<b>Total da depreciação acumulada</b>	<b>(3.657.317)</b>	<b>(2.866.407)</b>
<b>Imobilizado de arrendamento</b>	<b>10.109.537</b>	<b>9.315.734</b>

A Bradesco Leasing apurou no período superveniência de depreciação no montante de R\$ 274.255 mil (2010 - R\$ 307.560 mil) registrada em imobilizado de arrendamento R\$ (10.256) mil (2010 - R\$ (9.078) mil) classificada em bens não de uso próprio, em decorrência de reintegração de posse de bens arrendados e R\$ 284.511 mil (2010 - R\$ 316.638 mil) em resultado do período.

### 8) OUTROS CRÉDITOS - DIVERSOS

	Em 30 de junho - R\$ mil	
	2011	2010
Créditos tributários (Nota 22c)	324.819	375.124
Devedores por depósitos em garantia	383.994	352.634
Impostos e contribuições a compensar/recuperar	120.716	60.048
Pagamentos a ressarcir	15.909	24.690
Devedores por compra de valores e bens	8.938	9.751
Outros	23.232	13.523
<b>Total</b>	<b>877.608</b>	<b>835.770</b>

### 9) INVESTIMENTOS

Ajustes decorrentes da avaliação pelo método de equivalência patrimonial dos investimentos, registrados em contas de resultado, sob a rubrica de "Resultado de participações em coligadas":

Empresas	Capital social		Patrimônio líquido ajustado		Quantidade de ações/cotas possuídas (em milhares)		Participação no Capital social	Lucro líquido ajustado	Valor contábil		Ajuste decorrente de avaliação (1)	
	2011	2010	Ações	Cotas	2011	2010			2011	2010		
	%	%										
Aquarius Holdings Ltda	32.658	58.583	-	6.368	19,500	2,024	11,423	10,671	394	292		
Serel Participações em Imóveis S.A.	111.000	1.063.645	257	-	1,781	53,044	18,412	16,610	945	751		
<b>Total</b>							<b>29.835</b>	<b>27.281</b>	<b>1.339</b>	<b>1.043</b>		

(1) Ajuste decorrente de avaliação considera os resultados apurados pelas companhias a partir da aquisição e inclui variações patrimoniais das investidas não decorrentes de resultado.

### b) Outros investimentos

	Em 30 de junho - R\$ mil	
	2011	2010
Aplicações por incentivos fiscais	25.988	28.837
Títulos patrimoniais	4	71
Outros investimentos	822	1.046
<b>Subtotal</b>	<b>26.814</b>	<b>29.954</b>
Provisão para perdas em outros investimentos	(19.579)	(21.496)
<b>Total</b>	<b>7.235</b>	<b>8.485</b>

### 10) IMOBILIZADO DE USO E DE ARRENDAMENTO

Imóveis de uso:	Em 30 de junho - R\$ mil				
	Taxa	Custo	Depreciação	Valor residual	
				2011	2010
- Terrenos	-	2.714	-	2.714	2.714
- Edificações	4%	22.342	(18.106)	4.236	5.130
Outras imobilizações de uso	20%	155	(155)	-	-
Imobilizado de Arrendamento		13.766.854	(3.657.317)	10.109.537	9.315.734
<b>Total em 2011</b>		<b>13.792.065</b>	<b>(3.675.578)</b>	<b>10.116.487</b>	
<b>Total em 2010</b>		<b>12.207.353</b>	<b>(2.883.775)</b>	<b>9.323.578</b>	

### 11) RECURSOS DE EMISSÃO DE TÍTULOS - DEBÊNTURES

A sociedade mantém registros na CVM de emissão para distribuição pública de debêntures escriturais, não conversíveis em ações, da espécie subordinada aos demais credores, remuneradas pela variação dos "Certificados de depósitos interfinanceiros", conforme segue:

Emissão	Em 30 de junho - R\$ -mil				
	Valor da operação	Vencimento	Remuneração	Valor contábil	
				2011	2010
Junho/2002 (1)	1.200.000	2012	100% CDI	4.175.041	3.759.877
Fevereiro/2005 (2)	4.000.000	2025	100% CDI	8.631.578	7.773.254
Fevereiro/2005 (3)	4.050.000	2025	100% CDI	8.739.472	7.870.420
Fevereiro/2005 (4)	8.775.000	2025	100% CDI	18.935.524	17.052.577
Janeiro/2008 (5)	6.750.000	2028	100% CDI	9.648.267	8.688.845
Junho/2011 (6)	4.750.000	2016	100% CDI	4.765.122	-
Junho/2011 (6)	4.750.000	2021	100% CDI	4.765.122	-
Mai/2005	3.000.000	2011	104% CDI	-	3.047.064
<b>Totais</b>	<b>37.275.000</b>			<b>59.660.126</b>	<b>48.192.037</b>

- (1) Sob nº CVM/SRE/DEB/2002/036, nominativas, 1.200.000 (9ª emissão), com valor unitário de R\$ 1.000,00 com data de emissão em 1º de junho de 2002, perfazendo o valor total da emissão de R\$ 1,2 bilhão com prazo de 10 anos, contando da data de emissão, com pagamento dos juros remuneratórios na data de vencimento das debêntures;
- (2) Sob nº CVM/SRE/PRO/2005/004, em 15 de abril de 2005, foi arquivado na CVM o Primeiro Programa de Distribuição Pública de Debêntures, com prazo de duração de até 2 anos e limite de R\$ 10,0 bilhões do qual foram realizadas, até 30 de setembro de 2005, as seguintes emissões;
- (3) Sob nº CVM/SRE/DEB/2005/017, simples, 40.000.000 (1ª emissão), com valor unitário de R\$ 100,00, com data de emissão em 1º de fevereiro de 2005, perfazendo o valor total da emissão de R\$ 4,0 bilhões com prazo de 20 anos, contando da data de emissão, com pagamento dos juros remuneratórios na data de vencimento das debêntures;
- (4) Sob nº CVM/SRE/DEB/2005/045, simples, 30.000.000 (3ª emissão), com a utilização do excedente de 35%, com valor unitário de R\$ 100,00, com data de emissão em 1º de fevereiro de 2005, perfazendo o valor total da emissão de R\$ 4,05 bilhões, com prazo de 20 anos, contando da data de emissão, com pagamento dos juros remuneratórios na data de vencimento das debêntures;
- (5) Sob nº CVM/SRE/PRO/2006/003, em 28 de junho de 2006, foi arquivado na CVM o Segundo Programa de Distribuição Pública de Debêntures, com prazo de duração de até 2 anos e limite de R\$ 10,0 bilhões do qual foi realizada, até 18 de dezembro de 2006 a seguinte emissão;
- (6) Sob nº CVM/SRE/DEB/2006/024, simples, 65.000.000 (4ª emissão), com utilização do excedente de 35%, com valor unitário de R\$ 100,00, com data de emissão em 1º de fevereiro de 2005, perfazendo o valor total da emissão de R\$ 8,8 bilhões, com prazo de 20 anos, contados da data de emissão, com pagamento dos juros remuneratórios na data de vencimento das debêntures;
- (7) Sob nº CVM/SRE/PRO/2008/002, em 17 de janeiro de 2008, foi arquivado na CVM o Terceiro Programa de Distribuição Pública de Debêntures, com prazo de duração de até 2 anos e limite de R\$ 10,0 bilhões do qual foi realizada, até 31 de março de 2008 a seguinte emissão;
- (8) Sob nº CVM/SRE/DEB/2008/003, simples, 50.000.000 (5ª emissão), com utilização do excedente de 35%, com valor unitário de R\$ 100,00, com data de emissão em 2 de janeiro de 2008, perfazendo o valor total da emissão de R\$ 6,75 bilhões, com prazo de 20 anos, contados da data de emissão, com pagamento dos juros remuneratórios na data de vencimento das debêntures;
- (9) Simples, 190.000.000 (6ª emissão, duas séries, sendo 95.000.000 cada série) com valor unitário de R\$ 50,00, com data de emissão em 20 de junho de 2011, perfazendo o valor total da emissão de R\$ 9,5 bilhões, com prazo de 5 anos a 1ª série e 10 anos a 2ª série, contados da data de emissão, com pagamento dos juros remuneratórios na data de vencimento das debêntures.

### 12) OBRIGAÇÕES POR REPASSES DO PAÍS

	Em 30 de junho - R\$ mil					
	1 a 30 dias	31 a 60 dias	61 a 180 dias	181 a 360 dias	1 a 3 anos	Acima de 3 anos
FINAME	17.214	15.106	55.462	73.810	166.202	50.071
<b>Total em 2011</b>	<b>17.214</b>	<b>15.106</b>	<b>55.462</b>	<b>73.810</b>	<b>166.202</b>	<b>50.071</b>
%	4,6	4,0	14,7	19,5	44,0	13,2
<b>Total em 2010</b>	<b>22.195</b>	<b>19.530</b>	<b>69.940</b>	<b>87.531</b>	<b>204.220</b>	<b>43.383</b>
%	5,0	4,4	15,6	19,6	45,7	9,7

### 13) ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES E OBRIGAÇÕES LEGAIS - FISCAIS E PREVIDENCIÁRIAS

- a) **Ativos contingentes**  
 Não são reconhecidos contabilmente ativos contingentes, porém, durante o 2º trimestre de 2011, seguindo o trâmite normal dos processos ativos em andamento, a empresa habilitou créditos fiscais no valor de R\$ 64.498 mil, os quais foram registrados na rubrica "impostos a compensar" (Nota 18), sem contudo produzirem efeitos no resultado do período e no patrimônio líquido, uma vez que foram integralmente provisionados na rubrica "provisão para contingências fiscais" (Nota 14a) até que sejam formalizadas e endereçadas todas as ações que permitam a Administração concluir sua avaliação quanto à evolução de sua compensação.
- b) **Passivos contingentes classificados como perdas prováveis e Obrigações legais - fiscais e previdenciárias**  
 A Bradesco Leasing é parte em processos judiciais, de natureza trabalhista, cível e fiscal, decorrentes do curso normal de suas atividades. As provisões foram constituídas, levando em conta: a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento de Tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável. A Administração da Bradesco Leasing entende que a provisão constituída é suficiente para atender perdas decorrentes dos respectivos processos. O passivo relacionado à obrigação legal em discussão judicial é mantido até o ganho definitivo da ação, representado por decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não cabem mais recursos, ou a sua prescrição.

#### I - Processos trabalhistas

São ações ajuizadas por ex-empregados, visando a obter indenizações, em especial, o pagamento de "horas extras". Nos processos em que é exigido depósito judicial, o valor das contingências trabalhistas é constituído considerando a efetiva perspectiva de perda destes depósitos.

#### II - Processos cíveis

São pleitos de indenização por dano moral e patrimonial. Essas ações são controladas individualmente e provisionadas sempre que a perda for analisada como provável, considerando a opinião de assessores jurídicos, natureza das ações, similaridade com processos anteriores, complexidade e posicionamento de Tribunais. Não existem em curso processos administrativos significativos por descumprimento das normas do Sistema Financeiro Nacional ou de pagamento de multas que possam causar impactos representativos no resultado financeiro da Instituição.

#### III - Obrigações legais - Provisão para riscos fiscais

A Bradesco Leasing vem discutindo judicialmente a legalidade e constitucionalidade de alguns tributos e contribuições, os quais estão totalmente provisionados, não obstante, as boas chances de êxito a médio e longo prazos, de acordo com a opinião dos assessores jurídicos.

- A principal questão é:
  - CPMF - R\$ 99.068 mil (2010 - R\$ 94.020 mil): pleiteia, isonomicamente às instituições financeiras, a aplicação da alíquota "zero" de CPMF sobre as movimentações financeiras típicas de seu objeto social, relacionadas no artigo 3º das Portarias MF nº 06/97 e 134/99, incisos I, XIX e XXVI.

### IV - Movimentação das provisões

	R\$ mil		
	Trabalhistas	Cíveis	Fiscais e Previdenciárias (1)
No início do período	212	56.129	179.125
Atualização monetária	-	-	4.554
Constituições líquidas de reversões e baixas	139	2.159	75.604
<b>No final do 1º semestre de 2011 (Nota 14)</b>	<b>351</b>	<b>58.288</b>	<b>259.283</b>
<b>No final do 1º semestre de 2010 (Nota 14)</b>	<b>1.370</b>	<b>54.626</b>	<b>195.235</b>

#### c) Passivos contingentes classificados como perdas possíveis

A Bradesco Leasing mantém um sistema de acompanhamento para todos os processos administrativos e judiciais em que a Instituição figura como "autora" ou "ré" e amparada na opinião dos assessores jurídicos, classifica as ações de acordo com a expectativa de insucesso. Periodicamente são realizadas análises sobre as tendências jurisprudenciais e efetivadas, e se necessário, a reclassificação dos riscos desses processos. Neste contexto, os processos contingentes avaliados como de risco de perda possível não são reconhecidos contabilmente. Os principais processos com essa classificação relacionam-se ao ISSQN de empresas de Arrendamento Mercantil, cuja totalidade dos processos corresponde a R\$ 385.408 mil (2010 - R\$ 206.010 mil), em que se discute a exigência do referido tributo por municípios outros que não aqueles onde as empresas estão instaladas para os quais o tributo é recolhido na forma da lei, havendo casos de nulidades formais ocorridas na constituição do crédito tributário.

### 14) OUTRAS OBRIGAÇÕES

#### a) Fiscais e previdenciárias

...continuação

**NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS**
**b) Remuneração do pessoal-chave da Administração**

Anualmente na Assembleia Geral Ordinária é fixado:

- O montante global anual da remuneração dos Administradores, que é definida em reunião do Conselho de Administração da Organização Bradesco, aos membros do próprio Conselho e da Diretoria, conforme determina o Estatuto Social; e
- A verba destinada a custear Planos de Previdência Complementar aberta dos Administradores, dentro do Plano de Previdência destinado aos Funcionários e Administradores da Instituição.

A Instituição é parte integrante da Organização Bradesco e seus administradores são remunerados pelos cargos que ocupam no Banco Bradesco S.A., controlador da Companhia.

A Instituição não possui benefícios de longo prazo, de rescisão de contrato de trabalho ou remuneração baseada em ações para seu pessoal-chave da Administração.

**Outras informações**

Conforme legislação em vigor, as instituições financeiras não podem conceder empréstimos ou adiantamentos para:

- a) Diretores e membros dos conselhos consultivos ou administrativo, fiscais e semelhantes, bem como aos respectivos cônjuges e parentes até o 2º grau;
- b) Pessoas físicas ou jurídicas que participem de seu capital, com mais de 10%; e
- c) Pessoas jurídicas de cujo capital participem, com mais de 10%, a própria instituição financeira, quaisquer diretores ou administradores da própria instituição, bem como seus cônjuges e respectivos parentes até o 2º grau.

Dessa forma, não são efetuados pelas instituições financeiras empréstimos ou adiantamentos a qualquer subsidiária, membros do Conselho de Administração ou da Diretoria Executiva e seus familiares.

**Participação acionária**

Os membros do Conselho de Administração e da Diretoria possuem, em conjunto, a seguinte participação acionária na Instituição em 30 de junho de 2011:

Ações ordinárias	0,03%
Ações preferenciais	-
<b>Total de ações</b>	<b>0,03%</b>

**22) IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL**
**a) Demonstração do cálculo dos encargos com imposto de renda e contribuição social**

	Semestres findos em 30 de junho - R\$ mil	
	2011	2010
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social	668.684	303.838
Encargo total do imposto de renda e contribuição social às alíquotas de 25% e 15% (1)	(267.474)	(121.535)

**Efeitos das adições e exclusões no cálculo dos tributos:**

Participações em coligadas	536	417
Despesas indedutíveis líquidas das receitas não tributáveis	(9.271)	(5.696)
Outros valores	131	185
<b>Imposto de renda e contribuição social do semestre</b>	<b>(276.078)</b>	<b>(126.629)</b>

(1) A alíquota da Contribuição Social para as empresas do segmento financeiro foi elevada para 15% de acordo com a Lei nº 11.727/08 (Nota 3h).

**b) Composição da conta de resultado do imposto de renda e contribuição social**

	Semestres findos em 30 de junho - R\$ mil	
	2011	2010
Impostos correntes:		
Imposto de renda e contribuição social, devidos	(252.662)	(139.319)
Impostos diferidos:		
Constituição/(realização) no semestre, sobre adições temporárias	8.300	16.047
Constituição/realização de saldos iniciais de:		
Prejuízo fiscal	(31.716)	(3.357)
<b>Total dos impostos diferidos</b>	<b>(23.416)</b>	<b>12.690</b>
<b>Imposto de renda e contribuição social do semestre</b>	<b>(276.078)</b>	<b>(126.629)</b>

**c) Origem dos créditos tributários de imposto de renda e contribuição social diferidos**

	Em 30 de junho - R\$ mil			Saldo em 30.6.2011
	Saldo em 31.12.2010	Constituição	Realização	
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	187.156	6.460	7	193.609
Provisão para contingências civis	22.451	1.136	272	23.315
Provisão para contingências fiscais e trabalhistas	50.175	1.899	22	52.052
Provisão para desvalorização de títulos e investimentos	4.877	-	-	4.877
Provisão para desvalorização de bens não de uso	12.517	2.783	4.523	10.777
Outros valores	25.669	896	50	26.515
<b>Total dos créditos tributários sobre diferenças temporárias</b>	<b>302.845</b>	<b>13.174</b>	<b>4.874</b>	<b>311.145</b>
Prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social	45.390	-	31.716	13.674
<b>Total dos créditos tributários (Nota 8)</b>	<b>348.235</b>	<b>13.174</b>	<b>36.590</b>	<b>324.819</b>
Obrigações fiscais diferidas (Notas 14a e 22e)	691.182	77.116	2.698	765.600
<b>Créditos tributários líquidos das obrigações fiscais diferidas</b>	<b>(342.947)</b>	<b>(63.942)</b>	<b>33.892</b>	<b>(440.781)</b>

d) Previsão de realização dos créditos tributários sobre diferenças temporárias, prejuízo fiscal e crédito tributário de contribuição social M.P. nº 2.158-35.

	Em 30 de junho de 2011 - R\$ mil			Total
	Diferenças temporárias	Prejuízo fiscal	Imposto de renda	
2011	59.220	34.794	13.674	107.688
2012	63.700	37.482	-	101.182
2013	59.104	35.147	-	94.251
2014	7.178	4.266	-	11.444
2015	4.014	2.220	-	6.234
2016	2.420	1.600	-	4.020
<b>Total</b>	<b>195.636</b>	<b>115.509</b>	<b>13.674</b>	<b>324.819</b>

A projeção de realização de crédito tributário trata-se de estimativa e não está diretamente relacionada à expectativa de lucros contábeis.

O valor presente dos créditos tributários, calculado considerando a taxa média de captação, líquida dos efeitos tributários, monta R\$ 307.268 mil (2010 - R\$ 355.924 mil) sendo, R\$ 293.760 mil (2010 - R\$ 286.009 mil) de diferenças temporárias e R\$ 13.508 mil (2010 - R\$ 69.915 mil) de prejuízo fiscal.

**e) Obrigações fiscais diferidas**

As obrigações fiscais diferidas no montante de R\$ 765.600 mil (2010 - R\$ 599.202 mil) são relativas, à superveniência de depreciação R\$ 718.036 mil (2010 - R\$ 563.123 mil), atualização monetária sobre depósitos judiciais R\$ 41.551 mil (2010 - R\$ 31.229 mil), ajuste a valor de mercado dos títulos e valores mobiliários R\$ 4.841 mil (2010 - R\$ 3.412 mil) e reserva de reavaliação R\$ 1.172 mil (2010 - R\$ 1.438 mil), respectivamente.

**23) OUTRAS INFORMAÇÕES**

a) Conforme previsto no Ofício Circular CVM nº 01/07, a Bradesco Leasing está dispensada de apurar o valor de mercado das operações de arrendamento mercantil, os quais encontram-se registrados, a valor presente, de acordo com a Lei nº 6.099, substancialmente, como imobilizado de arrendamento. O valor contábil dos demais instrumentos financeiros registrados em contas patrimoniais em 31 de dezembro de 2010 equivale, aproximadamente, ao valor de realização desses instrumentos.

b) O seguro dos bens arrendados está vinculado a cláusulas específicas dos contratos de arrendamento mercantil. Os bens de uso da sociedade estão segurados por montantes suficientes para cobrir eventuais sinistros contra incêndio, responsabilidade civil e riscos diversos.

c) Em aderência ao processo de convergência com as normas internacionais de contabilidade, alguns procedimentos contábeis e suas interpretações foram emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), os quais serão aplicáveis às instituições financeiras somente quando aprovado pelo CMN. Os pronunciamentos contábeis já aprovados foram:

- Resolução nº 3.566/08 - Redução ao Valor Recuperável de Ativos (CPC 01);
- Resolução nº 3.604/08 - Demonstração do Fluxo de Caixa (CPC 03);
- Resolução nº 3.750/09 - Divulgação sobre Partes Relacionadas (CPC 05);
- Resolução nº 3.823/09 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes (CPC 25);
- Resolução nº 3.973/11 - Evento subsequente (CPC 24); e
- Resolução nº 3.989/11 - Pagamento baseado em Ações (CPC 10).

Atualmente, não é possível estimar quando o CMN irá aprovar os demais pronunciamentos contábeis do CPC e, nem tampouco, se a utilização dos mesmos será de maneira prospectiva ou retrospectiva. Com isso ainda não é possível quantificar os impactos contábeis da utilização desses pronunciamentos nas demonstrações contábeis da Instituição.

**DIRETORIA**
**Conselho de Administração**

<b>Presidente</b> Lázaro de Mello Brandão	<b>Membros</b> Mário da Silveira Teixeira Júnior Luiz Carlos Trabuco Cappi Carlos Alberto Rodrigues Guilherme Milton Matsumoto
<b>Vice-Presidente</b> Antônio Bornia	

**Diretoria**

<b>Diretor-Presidente</b> Luiz Carlos Trabuco Cappi	<b>Diretores</b> Laércio Albino Cezar Julio de Siqueira Carvalho de Araujo Norberto Pinto Barbedo Domingos Figueiredo de Abreu	<b>Diretor de Relações com Investidores</b> Domingos Figueiredo de Abreu
--	--	---

 Célio Magalhães – Contador  
CRC 1SP199295/O-5

**RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS**

Aos Administradores da

**Bradesco Leasing S.A. - Arrendamento Mercantil**  
Osasco - SP

Examinamos as demonstrações contábeis da Bradesco Leasing S.A. - Arrendamento Mercantil ("Instituição"), que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2011 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

**Responsabilidade da administração sobre as demonstrações contábeis**

A administração da Instituição é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

**Responsabilidade dos auditores independentes**

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis da Instituição para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Instituição. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

**Base para opinião com ressalva**

A Instituição registra as suas operações e elabora as suas demonstrações contábeis com a observância das diretrizes contábeis estabelecidas pelo Banco Central do Brasil, que requerem o ajuste ao valor presente da carteira de arrendamento mercantil como provisão para superveniência ou insuficiência

de depreciação, classificada no ativo permanente, conforme mencionado na nota explicativa nº 7 b. Essas diretrizes não requerem a reclassificação das operações, que permanecem registradas de acordo com a Lei nº 6.099/74, para as rubricas do ativo circulante e realizável a longo prazo, e rendas ou despesas de arrendamento, mas resultam na apresentação do resultado e do patrimônio líquido, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

**Opinião com ressalva**

Em nossa opinião, exceto quanto a não reclassificação mencionada no parágrafo anterior, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Bradesco Leasing S.A. Arrendamento Mercantil em 30 de junho de 2011, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

**Outros assuntos**
**Demonstração do valor adicionado**

Examinamos, também, a demonstração do valor adicionado (DVA), elaborada sob a responsabilidade da Administração para o semestre findo em 30 de junho de 2011, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, está adequadamente apresentada, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

**Auditoria dos valores correspondentes a 30 de junho de 2010**

Os valores correspondentes ao semestre findo em 30 de junho de 2010, apresentados para fins de comparação, foram anteriormente auditados outros auditores independentes que emitiram relatório datado de 27 de julho de 2010, que concluiu com ressalva sobre o mesmo assunto tratado acima no parágrafo "Base para conclusão com ressalva" acerca do tratamento das operações de arrendamento mercantil.

São Paulo, 15 de agosto de 2011



 KPMG Auditores Independentes  
CRC 2SP014428/O-6

 Cláudio Rogélio Sertório  
Contador CRC 1SP212059/O-0

 José Cláudio Costa  
Contador CRC 1SP167720/O-1

# Quando ser grande é ser pequeno

Moradores em fuga são o novo alvo das forças sírias

Tropas sírias dispararam contra moradores em fuga, matando pelo menos quatro pessoas, ontem, na cidade de Latakia, onde operações militares para reprimir protestos contra o regime autocrático do presidente Bashar al-Assad completaram três dias, denunciaram ativistas. Pelo menos 30 pessoas foram mortas em Latakia desde sábado passado, quando começou um assalto, pela terra e pelo ar, contra o porto no Mediterrâneo.

O Observatório Sírio para os Direitos Humanos, sediado em Londres, disse que tropas abriram fogo contra um grupo de moradores em fuga que se aproximava de um posto de verificação em Ein Tamra, distrito de Latakia.

Um morador de Latakia, que falou em condição de anonimato, confirmou a informação, dizendo que os soldados dispararam contra um multidão, composta também por mulheres e crianças, que tentava fugir.

Mais tarde, o campo palestino de El Rameh foi bombardeado pela Marinha e depois invadido por soldados e policiais, que usaram moradores como escudos humanos para disparar contra outros civis.

A Agência das Nações Unidas para os Refugiados Palestinos (UNRWA, na sigla em inglês) denunciou que os disparos provocaram a fuga "da maioria dos 10 mil moradores do campo de refugiados", que já havia sido bombardeado no domingo. A UNRWA afirmou que o bombardeio deixou mortos e feridos, mas não apresentou um número preciso.

**Reação** - Um oficial militar sírio disse ontem que os relatos de ataques de canhoneiras em Latakia são "absolutamente sem fundamento". As declarações, divulgadas pela agência de notícias estatal *Sana*, afirmam que as embarcações estavam patrulhando a costa "em uma missão de rotina para evitar que armas sejam contrabandeadas para o país". (Agências)

Abbas Momani/AFP


**Palestinos na Cisjordânia protestam contra a violência das forças de Assad. Refugiados palestinos foram vítimas da repressão na Síria.**

## Críticas também aumentam

A repressão síria contra os protestos pró-democracia na cidade de Latakia provocou novas críticas da comunidade internacional. A censura mais contundente foi a do secretário-geral da Organização pela Libertação da Palestina (OLP), Yasser Abed Rabbo, que denunciou

o ataque da Marinha síria contra El Rameh e disse que essa violência faz parte dos "crimes contra a humanidade" cometidos por pelo presidente Bashar al-Assad tanto contra palestinos quanto contra sírios.

"Denuncio com força esta ação do Exército sírio, que causou a morte de dez palestinos e feriu outros 75", disse Rabbo, à Agência Efe.

O dirigente palestino afirmou que o Exército sírio praticamente não deu tempo suficiente para que milhares de pessoas que vivem no campo de refugiados se retirassem.

Já a Casa Branca disse ontem que o presidente da Síria perdeu a legitimidade e o povo sírio "estará melhor sem ele". A declaração partiu do porta-voz da Casa Branca, Jay Carney.

O porta-voz norte-americano ainda afirmou que o presidente dos Estados Unidos, Barack Obama, "não tem dúvidas de que o povo sírio estará melhor sem ele (Assad)". Ele reafirmou que o mandatário sírio perdeu a legitimidade após mais de cinco meses de repressão.

Por sua vez, a Turquia repetiu o apelo para que o

governo sírio encerre totalmente a repressão e prometeu medidas não especificadas caso Damasco prossiga com a violência.

Até agora, a Turquia tem criticado a repressão síria, mas ao contrário dos Estados Unidos e da União Europeia não impôs sanções a Damasco. Paralelamente, o primeiro-ministro da Jordânia, Marouf al-Bakhti, também pediu que a repressão síria termine imediatamente, acrescentando que a implementação acelerada de reformas traria estabilidade ao país. (Agências)